

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do
Estado de Rondônia - SEBRAE/RO**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM – Brasil
Caixa postal 3751

Telefone 55 (92) 2123-2350
Fax 55 (92) 2123-2367
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO
Porto Velho - RO

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

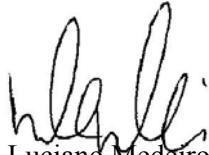
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Entidade estava sob intervenção do SEBRAE Nacional até 30 de setembro de 2015, em função de investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual de Rondônia (MPE) durante o segundo semestre de 2013, por suspeita de fraudes, principalmente nos processos de licitações, contratações, convênios e aquisições de serviços e materiais. O SEBRAE Nacional determinou a execução de uma auditoria investigativa, apoiada por empresa especializada, a fim de apurar detalhes das causas e consequências das medidas cautelares impetradas com base nas investigações promovidas pelo MPE. Baseada nas conclusões dessa auditoria investigativa, a atual administração da Entidade concluiu que os fatos ocorridos não tinham impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Entidade. Entretanto, enquanto tramitar o mencionado processo judicial, não é possível quantificar os eventuais efeitos sobre os saldos apresentados.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito na “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Manaus, 4 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM



Luciano Medeiros
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.220	11.833	Fornecedores		584	213
Recursos vinculados a convênios e contratos	8	154	107	Obrigações sociais e trabalhistas		401	428
Transações com convênios a executar		63	226	Obrigações com convênios e contratos	11	52	14
Créditos com o sistema SEBRAE	15	444	-	Provisões trabalhistas	12	2.009	1.315
Despesas antecipadas		16	23	Obrigações com o sistema SEBRAE	15	1.004	9.222
Outros créditos		<u>165</u>	<u>246</u>	Total do passivo circulante		4.050	11.192
Total do ativo circulante		12.062	12.435				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos e cauções	13	327	27	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	13	<u>160</u>	<u>100</u>
Aplicações financeiras	9	-	5.028	Total do passivo não circulante		<u>160</u>	<u>100</u>
Imobilizado	10	<u>13.212</u>	<u>13.543</u>	Total do passivo		<u>4.210</u>	<u>11.292</u>
Total do ativo não circulante		<u>13.539</u>	<u>18.598</u>				
Total do ativo		<u><u>25.601</u></u>	<u><u>31.033</u></u>	Patrimônio líquido	14		
				Superávit acumulado		10.861	9.150
				Ajustes de avaliação patrimonial		10.489	10.550
				Reserva de subvenção		<u>41</u>	<u>41</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>21.391</u>	<u>19.741</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>25.601</u></u>	<u><u>31.033</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia
- SEBRAE/RO**

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas operacionais			
Contribuições sociais	15	35.169	18.625
Receitas empresas beneficiadas	16	1.398	376
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros	17	78	204
Outras receitas operacionais		<u>831</u>	<u>189</u>
		<u>37.476</u>	<u>19.394</u>
Despesas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	18	(15.703)	(11.679)
Serviços profissionais e contratados	19	(9.938)	(2.554)
Custos e despesas de operacionalização	20	(10.657)	(3.565)
Despesas com programas e convênios	21	(230)	(50)
Encargos diversos		<u>(549)</u>	<u>(349)</u>
Despesas com provisões		<u>(58)</u>	<u>(100)</u>
Depreciação		<u>(658)</u>	<u>(626)</u>
Outras despesas operacionais		<u>(104)</u>	<u>(77)</u>
		<u>(37.897)</u>	<u>(19.000)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>(421)</u>	<u>394</u>
Receitas financeiras	22	2.099	1.183
Despesas financeiras	22	<u>(28)</u>	<u>(30)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>2.071</u>	<u>1.153</u>
Superávit do exercício		<u>1.650</u>	<u>1.547</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia
- SEBRAE/RO**

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Superávit do exercício	1.650	1.547
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.650	1.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia
- SEBRAE/RO**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de subvenção	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	7.542	10.611	41	18.194
Superávit do exercício	1.547	-	-	1.547
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	<u>61</u>	<u>(61)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	9.150	10.550	41	19.741
Superávit do exercício	1.650	-	-	1.650
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	<u>61</u>	<u>(61)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u><u>10.861</u></u>	<u><u>10.489</u></u>	<u><u>41</u></u>	<u><u>21.391</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia
- SEBRAE/RO**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.650	1.547
Ajustes no resultado:		
Depreciação	658	627
Valor residual da baixa de imobilizado	102	-
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	60	81
	<hr/> 2.470	<hr/> 2.255
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	(104)	183
Recursos vinculados a convênios e contratos	(47)	532
Transações com convênios a executar	163	(226)
Créditos com o sistema SEBRAE	(444)	2.738
Outros créditos	185	414
Despesas antecipadas	6	20
Depósitos e cauções	(299)	(19)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	371	(1.286)
Obrigações sociais e trabalhistas	(26)	(96)
Obrigações com convênios e contratos	37	(525)
Provisões trabalhistas	694	(430)
Obrigações com o sistema SEBRAE	<hr/> (8.218)	<hr/> 8.708
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<hr/> (5.212)	<hr/> 12.268
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	5.028	(5.028)
Adições ao imobilizado	<hr/> (429)	<hr/> (554)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<hr/> 4.599	<hr/> (5.582)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<hr/> (613)	<hr/> 6.686
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<hr/> 11.833	<hr/> 5.147
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<hr/> 11.220	<hr/> 11.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO (“Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

A sede da Entidade está localizada na Avenida Campos Sales, 3.421, Olaria, município de Porto Velho, estado de Rondônia.

O âmbito de atuação do SEBRAE/RO constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no estado de Rondônia, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/RO recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional - SEBRAE/NA, que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e ao Distrito Federal, para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição para fiscal das empresas privadas instaladas no país. Para manutenção de suas atividades poderá, eventualmente, promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. Os SEBRAE dos estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Banco da Amazônia S/A;
- Banco do Brasil S/A;
- Caixa Econômica Federal;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON;
- Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia - FACER;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas - FCDL;
- Federação do Comércio do Estado de Rondônia - FECOMERCIO;
- Federação das Entidades de Micro e Pequenas Empresas de Rondônia - FEEMPI;

- Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO;
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária - SEAGRI;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/NA;
- Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Getão - SEPOG; e
- Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

1.1 Intervenção do SEBRAE Nacional

Baseadas em denúncias contra a administração da Entidade na época, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) realizaram auditoria durante os anos de 2012 e 2013 no SEBRAE/RO. Com base nos resultados da referida auditoria, o Ministério Público Estadual de Rondônia (MPE) iniciou investigação durante o segundo semestre de 2013 e, em 11 de dezembro daquele ano foi realizada a prisão preventiva de diretores e determinados colaboradores vinculados à Entidade à época, que foram afastados de suas funções para aprofundamento das investigações quanto ao suposto envolvimento dos ex-administradores em fraudes, principalmente nos processos de licitações, contratações, convênios e aquisições de serviços e materiais.

Durante o período de afastamento dos ex-diretores, a administração da Entidade ficou a cargo de gestores nomeados pelo Conselho Deliberativo Estadual (CDE). Os então diretores foram destituídos em 28 de janeiro de 2014. Em 30 de janeiro de 2014, através da Resolução CDN 242/2014, o Conselho Deliberativo Nacional (CDN) do SEBRAE aplicou pena de intervenção ao SEBRAE/RO, nos termos do seu estatuto, suspendendo as atividades e o funcionamento do CDE.

Para a intervenção foram nomeados dois colaboradores do SEBRAE/NA e um do SEBRAE/RO, que acumularam as funções da Diretoria Executiva e do CDE até 30 de setembro de 2015. O CDN determinou, ainda, que se iniciasse uma auditoria investigativa especial, apoiado por empresa especializada, a fim de apurar detalhes das causas e consequências das medidas cautelares impetradas com base nas investigações promovidas pelo MPE.

No momento da apresentação destas demonstrações financeiras, as investigações do MPE e o processo judicial tramitam sob segredo de justiça. As conclusões preliminares da auditoria investigativa especial mencionada anteriormente permitem que a atual administração da Entidade possa inferir que os fatos ocorridos não acarretaram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Entidade com relação ao assunto mencionado acima.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreram reuniões extraordinárias do CDE que deliberaram a eleição do presidente do CDE e das Diretorias Administrativa e Financeira e Técnica da Entidade.

2 Base de apresentação e declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 1º de fevereiro de 2016.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (notas explicativas nº 6.c(iii)) e 10, provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 13) e provisão atuarial relativo a planos de benefícios pós-emprego (nota explicativa nº 24). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas pelo menos anualmente.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear as taxas anuais variáveis levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (nota explicativa nº 6.c(iii)).

b. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões em tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. (nota explicativa nº 13).

c. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimentos próximos aos prazos das respectivas obrigações de plano de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado, informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 24.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária (CSO) são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE/NA para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (nota explicativa nº 16). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE/NA, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional (CSN) são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriadas a partir da execução dos projetos (nota explicativa nº 15).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (nota explicativa nº 16).

3

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (nota explicativa nº 17).

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis significativos abrangem: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, recursos vinculados a convênios e contratos, transações com convênios a executar, créditos com o sistema SEBRAE e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Créditos com o sistema SEBRAE

As transações com o SEBRAE/NA referem-se a valores a receber provenientes dos repasses do sistema, sobre os quais não incidem juros nem atualização monetária.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, se houver, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos significativos: fornecedores e cauções, obrigações com convênios e contratos, obrigações com o sistema SEBRAE e outras obrigações.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que os benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos como manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo foram as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Veículos e acessórios	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios pós-emprego

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população. Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, a Entidade contrata anualmente um atuário qualificado (nota explicativa nº 24).

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através

dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

f. Obrigações trabalhistas

Decorrem de obrigação legal de registrar os direitos do empregado, sendo que no caso da provisão de férias a Entidade calcula 1/12 acrescido de um terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos quando então tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário a Entidade calcula 1/12 do salário base do funcionário a cada mês, de janeiro a dezembro quando então é efetuado o desembolso.

g. Obrigações com convênios e contratos

As verbas e recursos recebidos dos parceiros nos respectivos convênios são registradas no passivo circulante pelos montantes recebidos efetivamente e serão utilizadas na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios, subvenções e auxílios. Sobre esses valores não incidem juros e nem atualização monetária.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade em fundos de renda fixa.

As despesas financeiras referem-se, basicamente, a encargos e taxas bancárias cobrados por instituições financeiras que estão reconhecidas no resultado do exercício.

i. Tributação

O SEBRAE/RO é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei. A Entidade está sendo questionada sobre a não tributação da COFINS (nota explicativa nº 13) sobre as receitas advindas de consultorias, treinamentos, feiras e palestras.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

j. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido

apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Contas bancárias (a)	46	66
Aplicações financeiras (b)	<u>11.174</u>	<u>11.767</u>
	<u>11.220</u>	<u>11.833</u>

(a) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cujas posições, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, se encontram a seguir descritas:

Instituição		2015	2014
Banco do Brasil S.A.		46	62
Caixa Econômica Federal		<u>-</u>	<u>4</u>
		<u>46</u>	<u>66</u>

(b) Representadas por recursos mantidos nos fundos relacionados abaixo, com taxa de remuneração média de 0,97% a 1,17% ao mês. Tais recursos são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade:

Instituição financeira	Descrição	2015	2014
Caixa Econômica Federal	Fundo Investimento	8.464	9.604
Banco do Brasil S.A.	BB CP 50 Mil	<u>2.710</u>	<u>2.163</u>
		<u>11.174</u>	<u>11.767</u>

8 Recursos vinculados a convênios e contratos

Formado pelos saldos de aplicações financeiras destinadas a programas e projetos com empresas parceiras.

	2015	2014
Convênios e programas		
Convênio Miraella	128	-
Convênio Prefeitura de Colorado	16	-
Convênio Prefeitura de Cacaulândia	10	-
Convênio Gero Seagri	<u>-</u>	107
	<u>154</u>	<u>107</u>

Correspondem a recursos vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução da Entidade, apresentados separadamente da rubrica “caixa e equivalentes de caixa” pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais, conforme pronunciamento técnico CPC 03.

Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/RO. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros, em face dos depósitos recebidos, são registradas nas rubricas “obrigações com convênios e contratos” e “transações com partes relacionadas”, detalhadas nas notas explicativas nº 11 e 15.

9 Aplicações financeiras

Referem-se à aplicação financeira de longo prazo com recursos ordinários que busca proporcionar uma maior rentabilidade de suas cotas em títulos de renda fixa públicos pós-fixados, que apresentem em sua composição títulos e operações com prazo médio de carteira superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

10 Imobilizado

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Custo				
Terrenos	9.964	-	-	9.964
Edificações	4.028	-	-	4.028
Móveis e utensílios	929	73	(88)	914
Veículos e assessórios	1.818	-	(955)	863
Máquinas e equipamentos	771	37	(279)	529
Equipamentos de informática	1.602	319	(486)	1.435
	19.112	429	(1.808)	17.733
Depreciação acumulada				
Edificações	(1.897)	(161)	-	(2.058)
Móveis e utensílios	(774)	(53)	85	(742)
Veículos e assessórios	(1.149)	(202)	894	(457)
Máquinas e equipamentos	(560)	(34)	247	(347)
Equipamentos de informática	(1.189)	(208)	480	(917)
	(5.569)	(658)	1.706	(4.521)
Imobilizado líquido	13.543	(229)	(102)	13.212
	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Custo				
Terrenos	9.964	-	-	9.964
Edificações	4.028	-	-	4.028
Móveis e utensílios	929	-	-	929
Veículos e assessórios	1.278	540	-	1.818
Máquinas e equipamentos	757	14	-	771
Equipamentos de informática	1.611	-	(9)	1.602
	18.567	554	(9)	19.112
Depreciação acumulada				
Edificações	(1.736)	(161)	-	(1.897)
Móveis e utensílios	(723)	(51)	-	(774)
Veículos e assessórios	(992)	(157)	-	(1.149)
Máquinas e equipamentos	(524)	(36)	-	(560)
Equipamentos de informática	(976)	(222)	9	(1.189)
	(4.951)	(627)	(9)	(5.569)
Imobilizado líquido	13.616	(73)	-	13.543

A Entidade possui três imóveis oferecidos em caução, onde funcionam suas sedes nos municípios de Ariquemes, Cacoal e Vilhena, avaliados no montante de R\$ 1.530, para tutela antecipada com fim de obter Certidão Negativa de Débitos no âmbito federal, em função da ação tributária de cobrança de débito relativo a COFINS, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

11 Obrigações com convênios e contratos

	2015	2014
Convênio GERO SEAGRI - Diagnóstico	-	14
Convênio Prefeitura Colorado D' Oeste	15	-
Convênio Miraella Mais Leite	27	-
Convênio Prefeitura de Cacaulândia	10	-
	<hr/>	<hr/>
	52	14
	<hr/>	<hr/>

Referem-se a recursos recebidos de parceiros nos respectivos convênios, que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios, subvenções e auxílios.

12 Provisões trabalhistas

	2015	2014
Férias (i)	1.437	1.058
Remuneração variável (ii)	572	257
	<hr/>	<hr/>
	2.009	1.315
	<hr/>	<hr/>

- (i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (ii) A provisão para remuneração variável representa a participação de empregados e administradores correspondente a um mês de salário pelo atingimento das metas de resultados institucionais, conforme previsto no acordo coletivo de trabalho, sendo feito o registro contábil proporcional de 1/12 avos mensalmente. A remuneração variável é paga habitualmente em março do exercício subsequente.

13 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

	2015	2014
Provisão para perdas em processos judiciais		
Reclamações trabalhistas	122	92
Ações cíveis	27	-
	<hr/>	<hr/>
Provisão atuarial		
Plano de benefícios pós-emprego	11	8
	<hr/>	<hr/>
	160	100
	<hr/>	<hr/>

Existem outras contingências passivas envolvendo questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade como de risco possível, no montante de R\$ 360 e R\$ 120, respectivamente, para quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

A movimentação das provisões para perdas em processos judiciais está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Adição	31/12/2015
Reclamações trabalhistas	92	30	122
Ações cíveis	-	27	27
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	92	57	149
	<hr/>	<hr/>	<hr/>

O SEBRAE/RO efetuou depósitos judiciais no intuito de contrapor as contingências trabalhistas em curso no montante de R\$ 327, cuja movimentação no período encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Depósitos	31/12/2015
Depósitos judiciais	<u>27</u>	<u>300</u>	<u>327</u>

No âmbito fiscal, a Entidade é polo passivo em ação tributária de cobrança de débito relativo a COFINS, cujo valor da causa foi estabelecido em R\$ 1.129. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado é R\$ 1.633. O risco de perda foi classificado como “possível” pelos assessores jurídicos da Entidade, portanto não foi constituída a provisão.

14 Patrimônio líquido

a. Superávits acumulados

Composto substancialmente de superávits e/ou déficits apurados ao longo dos exercícios.

b. Ajustes de avaliações patrimoniais

Em 2010, a Administração aplicou, com base no laudo de empresa especializada, o custo atribuído de terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente fora dos valores de mercado. O referido laudo de avaliação, realizado com base em 31 de dezembro de 2010, determinou o seu valor justo em 1º de janeiro de 2010, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo da referida rubrica é realizado com base nas depreciações e baixas dos respectivos bens avaliados, sendo transferida para os superávits acumulados.

15 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal-chave da Administração; e
- Fundo de previdência privada (SEBRAEPPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

	2015	2014
Transações ativas - Créditos com o sistema SEBRAE		
CSN a receber	443	-
CSO - Ressarcimentos a receber	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>444</u>	<u>-</u>

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

	2015	2014
Transações passivas - Obrigações com o sistema SEBRAE		
CSN a devolver (a)	1.004	-
CSO a devolver (b)	<u>-</u>	<u>9.222</u>
	<u>1.004</u>	<u>9.222</u>

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

- (a) Refere-se aos recursos de “contribuições sociais nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-17, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2015 foram realizados os lançamentos contábeis para manter o equilíbrio entre os registros de direitos e obrigações entre o SEBRAE/RO e o SEBRAE/NA. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.
- (b) A redução refere-se ao pagamento de R\$ 9.222, devido ao baixo índice de execução da CSO em 2014 e o recebimento de recursos de CSN e sua execução, conforme a IN 37/16.

	2015	2014
Transações no resultado		
Contribuição social ordinária (CSO)	28.087	18.314
Contribuição social nacional (CSN)	7.082	311
	<hr/> 35.169	<hr/> 18.625

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Contemplam os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE/NA e Art. 6º do Estatuto Social do SEBRAE/RO, é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal-chave da administração:

	2015	2014
Remuneração	159	-
Benefícios	24	-
	<hr/> 183	<hr/> -

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar SEBRAEPREV estão descritos na nota explicativa nº 24.

16 Receita de empresas beneficiadas

	2015	2014
Treinamento	345	86
Consultoria	342	19
Feiras	643	188
Palestras	3	1
EMPRETEC	18	79
Outras receitas de empresas beneficiadas	47	3
	<hr/> 1.398	<hr/> 376

As receitas de empresas beneficiadas são oriundas das vendas de serviços por parte do SEBRAE/RO que estão alocadas no orçamento anual da instituição com valores e metas a serem alcançadas.

17 Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros

	2015	2014
Convênio SENAR PER - 2013 - c/c 24.290-X	-	65
Convênio GERO SEAGRI - Diagnóstico	-	139
Convênio Prefeitura Castanheira	23	-
Convênio Prefeitura Colorado do Oeste	15	-
Convênio Prefeitura Nova União	20	-
Convênio Prefeitura São Miguel do Guaporé	20	-
	<hr/>	<hr/>
	78	204
	<hr/>	<hr/>

Nesta rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pela Entidade.

18 Despesa com pessoal, encargos e benefícios sociais

	2015	2014
Salários e proventos	(7.844)	(5.916)
13º salário	(698)	(578)
Férias	(1.190)	(735)
Outros gastos com pessoal	(357)	(110)
Encargos trabalhistas	(3.263)	(2.289)
Benefícios sociais	(2.351)	(2.051)
	<hr/>	<hr/>
	(15.703)	(11.679)
	<hr/>	<hr/>

Em 2015 foi concedido o aumento de 8% referente dissídio anual, ensejando um incremento nos demais gastos com funcionários, além dos reajustes de gratificações e com benefícios sociais. Também houve a admissão de 22 novos analistas para compor o quadro de funcionários da Entidade.

19 Serviços profissionais e contratados

	2015	2014
Instrutória e consultoria	(4.207)	(634)
Serviços técnicos especializados	(1.614)	(548)
Manutenção segurança e limpeza	(1.322)	(912)
Demais serviços contratados	(2.710)	(447)
Encargos sociais serviços terceiros	(85)	(13)
	<hr/>	<hr/>
	(9.938)	(2.554)
	<hr/>	<hr/>

O aumento deve-se a retomada da execução dos projetos, após o processo de reorganização iniciado em 2014, durante o processo de intervenção, cujo encerramento ocorreu no final do mês de setembro de 2015.

20 Custos e despesas de operacionalização

	2015	2014
Diárias e hospedagens	(2.903)	(1.102)
Passagens, transportes	(2.911)	(878)
Aluguel e encargos	(779)	(207)
Divulgação e publicidade	(1.033)	(24)
Serviços gráficos	(1.105)	(38)
Serviços de comunicação	(603)	(526)
Material de consumo	(537)	(293)
Demais custos e despesas	<u>(786)</u>	<u>(497)</u>
	<u>(10.657)</u>	<u>(3.565)</u>

O aumento deve-se ao mesmo motivo informado na nota anterior. Com a retomada das execuções, cresceram principalmente as despesas com viagens para a realização de programas de capacitação de funcionários (cursos e pós-graduação), reuniões junto ao SEBRAE Nacional, feiras e missões.

21 Despesas com programas e convênios

	2015	2014
Convênio nº 001/14 - SEBRAE/AM	-	(50)
Convênio nº 002/13 - UNIESA	(62)	-
Convênio nº 003/13 - UNESC	(34)	-
Convênio nº 005/13 - CATÓLICA	(54)	-
Convênio nº 006/13 - SERA	(43)	-
Convênio nº 002/14 - UNIJIPA	<u>(37)</u>	<u>-</u>
	<u>(230)</u>	<u>(50)</u>

Refere-se aos valores transferidos do sistema SEBRAE (CSO e CSN) para as entidades parceiras na forma de convênios para a realização de ações previstas em seu programa de trabalho para o período. As transferências de recursos foram realizadas dentro do exercício.

22 Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos de recursos ordinários	1.988	1.064
Rendimentos de recursos próprios	<u>111</u>	<u>119</u>
	<u>2.099</u>	<u>1.183</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(28)	(30)
	<u>(28)</u>	<u>(30)</u>

23 Instrumentos financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos,

políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Não houve qualquer alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los partir de exercícios anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, recursos vinculados a convênios e programas e fornecedores.

Risco de crédito

O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de Investimentos financeiros.

A Entidade aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A ou Caixa Econômica Federal.

A Entidade não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros, pelos valores contábeis.

Ativos financeiros	Nota explicativa	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.498	11.833
Créditos a receber	8	368	45
Outros créditos		16	201
Aplicações financeiras	11	-	5.028
		9.882	17.107

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2015, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 31/12/2015	Mais de 1 ano		
		Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedores	584	584	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	1.004	1.004	-	-

Em 31 de dezembro de 2015 não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na (nota explicativa nº 7), as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o sistema SEBRAE por meio do SEBRAE/NA possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

24 Benefícios pós-emprego

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte; e

Institutos de auto-patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez; e
 - Projeção de contribuição em caso de morte.
- O referido plano não inclui:
- Benefícios de demissão;
 - Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
 - Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE/RO contrata anualmente um atuário qualificado. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano	115	76
Valor das obrigações atuariais	<u>(44)</u>	<u>(37)</u>
Superávit no plano	<u>71</u>	<u>39</u>

Observada a avaliação atuarial do exercício de 2015, em conformidade com o CPC 33 (R1), e verificada a inexistência de passivo atuarial, bem como benefícios econômicos para o patrocinador.

24.1 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	2015	2014
Movimentação no valor presente da obrigação		
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(37)	(43)
Custos do serviço corrente e juros (veja abaixo)	(8)	(10)
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	<u>1</u>	<u>16</u>
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro	<u><u>(44)</u></u>	<u><u>(37)</u></u>
Movimentação no valor justo dos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	76	98
Contribuições pagas ao plano	10	8
Retorno esperado dos ativos do plano	11	15
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	<u>18</u>	<u>(45)</u>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	<u><u>115</u></u>	<u><u>76</u></u>
Despesa reconhecida no resultado		
Custo do serviço corrente	(6)	(4)
Total da (despesa) receita no exercício	<u><u>(6)</u></u>	<u><u>(4)</u></u>

24.2 Premissas atuariais adotadas

(i) Considerações gerais sobre as premissas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e base de dados cadastrais foram coletados em setembro de 2015.

(ii) Financeiras

	2015
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,76 % a.a.
Projeção de aumentos reais salariais médios anual	2,16 % a.a.
Projeção de aumentos reais dos benefícios média anual	0,00 % a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00 % a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,76 % a.a.

(iii) Demográficas

	2015
Taxa de rotatividade	3,95 %
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT - 2000 M e F Desag. 10%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT - 2000 M e F Desag. 10%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	50% UP M + 50% UP F
Tábua de entrada em invalidez	Tasa 1927 M e F
Tábua de morbidez	N/A
Idade de Aposentadoria	Primeira elegibilidade